



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo
N.º 6/2017**

Plenário | 21.03.2017

Boletim Informativo



Sumário

■ Presenças	>> 2
■ Atas	>> 3
■ Designação de vogal do CSMP para exercer funções em regime de tempo integral e recomposição da Secção Permanente	>> 3
■ Comissões de serviço	>> 3
■ Lista de antiguidade	>> 3
■ Movimento de magistrados	>> 3
■ Equiparação a bolseiro	>> 4
■ Prestação de serviço por magistrados jubilados	>> 4
■ Processos de inspeção (reclamações)	>> 4
■ Aditamento	>> 5



Presenças

■ Presidente

Procuradora-Geral da República, *Dr.ª Maria Joana Raposo Marques Vidal*.

■ Vogais

Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, *Drs. Maria José Capelo Rodrigues Morgado, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Euclides José Dâmaso Simões e Alcides Manuel Rodrigues*;

Procurador-Geral-Adjunto *Dr. Pedro Manuel Branquinho Ferreira Dias*;

Procuradores da República *Dr. Carlos José Nascimento Teixeira e Dr.ª Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves*;

Procuradores-Adjuntos, *Drs. Luzia Maria Pereira Alegria, Miguel José Agostinho Figueiredo Rodrigues, Francisco Pinto Pereira Ferreira Guedes e David Alexandrino Paulo Albuquerque e Aguilar*;

Membros eleitos pela Assembleia da República, *Drs. Manuel de Magalhães e Silva, Alfredo José Leal Castanheira Neves, António José Barradas Leitão* (Membro permanente) e *João Luís Madeira Lopes*;

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça, *Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho e Dr. Augusto Godinho Arala Chaves*.

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira*.



Conselho Superior do Ministério Público

■ Atas

1. Foi aprovada a ata da sessão realizada em 21 de março de 2017.

■ Designação de vogal do CSMP para exercer funções em regime de tempo integral e recomposição da Secção Permanente

2. O Conselho Superior do Ministério Público deliberou designar o Dr. David Albuquerque e Aguilar como vogal do Conselho Superior do Ministério Público para exercer funções em regime de tempo integral – artigo 25.º, n.º 7, do Estatuto do Ministério Público.

A votação, por escrutínio secreto, teve o seguinte resultado:

Dr. David Albuquerque e Aguilar: 9 votos.

Dr. Francisco Guedes: 7 votos.

2 abstenções.

Em seguida, foi votada a recomposição da Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público, tendo sido decidido que o Dr. David Albuquerque e Aguilar passaria a integrá-la.

■ Comissões de serviço

3. Foi aprovada por unanimidade a renovação da comissão de serviço que o magistrado do Ministério Público, Doutor Paulo Joaquim da Mota Osório Dá Mesquita, vem exercendo como vogal do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (cessação a 25-03-2014) – artigos 128.º, 139.º e 140.º do Estatuto do Ministério Público.

■ Lista de antiguidade

4. Processo n.º 24/2017-MP

Foi aprovada a lista de antiguidade de magistrados do Ministério Público, reportada a 31 de dezembro de 2016.

Abstiveram-se: o Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho e o Dr. Augusto Godinho Arala Chaves.

■ Movimento de magistrados

5. Processo n.º 25/2017-MP

Movimento extraordinário de magistrados do Ministério Público de 2017:

- 5.1 Constituição do Grupo de Trabalho: Deliberou o CSMP que o Grupo de Trabalho para preparação do Movimento será presidido pelo Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Adriano Fraxenet de Chuquere Gonçalves da Cunha, e constituído pelos Drs. Alcides Manuel Rodrigues, António José Barradas Leitão e David Albuquerque e Aguilar, sendo assessorado pelos Drs. Jorge Oliveira e Rui Batista.
- 5.2 O CSMP deliberou a calendarização do procedimento conducente ao movimento extraordinário de magistrados do Ministério Público de 2017.
- 5.3 Aviso do RECOFE: Foram aprovados a deliberação e aviso contendo as normas e procedimentos para obtenção do Reconhecimento da Formação Especializada, RECOFE, apenas com a eliminação da alínea d) do mesmo.



Conselho Superior do Ministério Público

Abstiveram-se: o Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho e o Dr. Augusto Godinho Arala Chaves.

- 5.4 Foi aprovada a proposta relativa à execução das preferências no provimento de lugares, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 86/2016, de 27 de dezembro.

Abstiveram-se: o Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho e o Dr. Augusto Godinho Arala Chaves.

■ Equiparação a bolseiro

7. Processo n.º 1351-MP

Foi indeferido o pedido de equiparação a bolseiro no estrangeiro apresentado pela procuradora-adjunta colocada no DIAP do Porto, Lic. Rita Alexandra Barreira da Mota de Sousa.

Relator: Dr. Barradas Leitão

Votaram a favor do deferimento do pedido a Senhora Procuradora-Geral da República, Dr.ª Joana Marques Vidal, os Drs. Maria Raquel Desterro, Pedro Branquinho e António Barradas Leitão.

Em face do resultado da votação, o relato foi redistribuído ao Dr. Carlos Teixeira.

■ Prestação de serviço por magistrados jubilados

8. Foi aprovada por unanimidade a autorização para o procurador-geral adjunto Lic. João Rodrigues do Nascimento Vieira continuar a prestar serviço no Supremo Tribunal de Justiça após a jubilação –

artigo 29.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017).

Relator: Dr. Barradas Leitão

■ Processos de inspeção (reclamações)

9. Processo n.º 32/2016-RMP

O CSMP deliberou indeferir a reclamação da deliberação da Secção para Apreciação do Mérito Profissional do Conselho Superior do Ministério Público, de 17 de janeiro de 2017, e manter a classificação de “Bom” a procurador-adjunto.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

Votaram contra, pela classificação de “Bom com distinção”, os Drs. Carlos Teixeira, Alexandra Neves e Miguel Rodrigues.

10. Processo n.º 91/2016-RMP

O CSMP deliberou indeferir a reclamação da deliberação da Secção para Apreciação do Mérito Profissional do Conselho Superior do Ministério Público, de 17 de janeiro de 2017, que atribuiu a classificação de “Bom” a procuradora-adjunta.

Relator: Dr. Castanheira Neves.

12. Processo n.º 28/2016-RMP

O CSMP deliberou deferir a reclamação da deliberação da Secção para Apreciação do Mérito Profissional do Conselho Superior do Ministério Público, de 17 de janeiro de 2017, que atribuiu a



Conselho Superior do Ministério Público

procuradora-adjunta a classificação de “Bom” e atribui à reclamante “Bom com distinção”.

Relator: Dr. Carlos Teixeira.

Votaram contra, pela manutenção da classificação de “Bom”, a Senhora Procuradora-Geral da República, Dr.^a Joana Marques Vidal, e o Senhor Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho.

Abstiveram-se: os Drs. Alcides Rodrigues, Barradas Leitão e Francisco Guedes.

13. Processo n.º 114/2016-RMP

O CSMP deliberou indeferir a reclamação da deliberação da Secção para Apreciação do Mérito Profissional do Conselho Superior do Ministério Público, de 17 de janeiro de 2017, que atribuiu a classificação de “Bom com Distinção” a procurador da República.

Relator: Dr. Alcides Rodrigues.

Votaram contra, pela classificação de “Muito Bom”, os Drs. Pedro Branquinho e Alexandra Neves.

14. Processo n.º 106/2016-RMP

O CSMP deliberou indeferir a reclamação da deliberação da Secção para Apreciação do Mérito Profissional do Conselho Superior do Ministério Público, de 17 de janeiro de 2017, que atribuiu a classificação de “Suficiente” a procuradora da República.

O Dr. Castanheira Neves declarou-se impedido, não tendo participado nem na discussão, nem na votação, por virtude de a Ex.^{ma} Magistrada reclamante ter sido patrocinada no processo por uma Ex.^{ma} Colega de escritório.

■ Aditamento

O CSMP deliberou conceder licença sem remuneração, pelo período de 9 meses, com início a 01/04/2017, à procuradora da República colocada no DIAP de Lisboa, Dr.^a Maria Antonieta Carrasco Serrano Ramos Borges, para exercer as funções de Assessora Internacional e Secretária Executiva Internacional da Procuradoria-Geral da República de Timor Leste.

Relator: Dr. Barradas Leitão.

Votaram contra a Dr.^a Raquel Desterro e o Dr. Carlos Teixeira.

O Dr. Francisco Guedes emitiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente a presente decisão de concessão de licença sem vencimento de tempo determinado de curta duração, por considerar que o interesse do Ministério Público Português e o interesse nacional de ter uma Magistrada Portuguesa na organização e a assessoria em evento da CPLP organizado por Timor-Leste é deveras relevante e atendível.”